

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.708 - SC (2019/0074145-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **ML - COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA**
ADVOGADO : **HELOISA BIRCKHOLZ RIBEIRO - SC010918**
EMBARGADO : **COATS CORRENTE LTDA**
ADVOGADOS : **CARLOS EDUARDO TRAUER - SC008862**
EDILBERTO OLIVEIRA HERCULANO - SC012514
HERCÍLIO DA CONCEIÇÃO FILHO - SC013209

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ML - COMÉRCIO DE AVIAMENTOS LTDA. contra decisão desta relatoria (e-STJ, fls. 460-467), assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. SUCESSÃO EMPRESARIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. SUJEIÇÃO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

Sustenta a embargante a existência de omissão na decisão impugnada, pois deixou de examinar o fato de ter sido constatado nos autos mandado de citação, no qual foi concedido o prazo de 15 (quinze) dias para a oposição de embargos à execução.

Defende, ainda, que o *decisum* embargado foi omisso quando não apreciou a alegação da tese referente à impossibilidade de discussão, por meio de agravo de instrumento, da ocorrência ou não da sucessão empresarial e a consequente ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, visto que o exame de tais temas exige ampla dilação probatória.

Assim sendo, requer o acolhimento dos presentes aclaratórios.

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem recurso de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis quando, nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sejam detectadas omissão, obscuridade e contradição, bem como possível erro material.

O referido meio de impugnação visa aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo como objetivo central a alteração dos julgados impugnados, situação verificada apenas excepcionalmente, quando a correção dos vícios constatados for apta a modificar, de algum modo, o *decisum* prolatado.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73. CONTRADIÇÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022).

2. Na hipótese, os embargos de declaração foram opostos perante o eg. Tribunal de origem, com o intuito de se prequestionar a matéria.

Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios; daí que, em conformidade com a Súmula 98/STJ, deve ser afastada a multa aplicada pelo eg. Tribunal de origem.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para sanar contradição e, com isso, dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a multa aplicada com fundamento no art.

538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973.

(EDcl no AgInt no REsp 1298376/PB, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 13/03/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos limites estabelecidos pelo artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como corrigir erro material.

2. Constitui erro material aquele que pode ser verificado e corrigido a partir de critérios objetivos, tratando-se de defeito manifesto, evidente e reconhecível à primeira vista.

3. No caso, o erro material apontado é atribuído ao conteúdo do próprio julgamento em si, o que não é permitido.
4. Ainda que admitido o exaurimento das instâncias ordinárias, o recurso especial não comportaria provimento.
5. O Plenário do STJ, por meio do Enunciado Administrativo nº 2, decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".
6. No caso dos autos, a certidão de e-STJ Fl. 876 atesta, de forma inequívoca, que a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento foi disponibilizada no dia 16/3/2016 no Diário de Justiça Eletrônico e publicada no dia 17/3/2016.
7. Efetivada a publicação da decisão no Diário de Justiça Eletrônico no dia 17/3/2016, quando ainda vigorava o Código de Processo Civil de 1973, aplicável à espécie o prazo previsto no art. 557, § 1º, do CPC/73.
8. A publicação da decisão ocorrida em dia em que "suspensos os prazos recursais no âmbito do Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Maranhão" acarreta apenas a prorrogação do início da contagem do prazo recursal.
9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
(EDcl no AgInt no REsp 1684337/MA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, DJe 22/02/2019)

Na hipótese dos autos, a insurgente alega a existência de omissão, apontando que a decisão embargada, quando do julgamento do recurso especial, deixou de se manifestar sobre a concessão do prazo de 15 (quinze) dias para oposição dos embargos à execução, bem como a respeito da impossibilidade de interposição de agravo de instrumento para impugnar questão jurídica que exija dilação probatória.

Todavia, analisando os fundamentos adotados pela decisão recorrida, verifica-se inexistir vício passível de ser sanado por meio do julgamento dos embargos de declaração em análise, uma vez que esta relatoria, examinando o teor do acórdão impugnado, verificou que o Tribunal estadual não apreciou a tese referente à ilegitimidade passiva da embargante, em virtude da incidência dos efeitos preclusivos.

Conforme exposto na decisão impugnada, a Corte local atestou a ausência de manifestação oportuna da recorrente a respeito do reconhecimento da sucessão empresarial e sua inclusão no polo passivo da ação executiva.

Superior Tribunal de Justiça

De fato, nos termos da jurisprudência vigente neste Tribunal Superior, incidem os efeitos da preclusão consumativa quando as matérias debatidas anteriormente pelo julgador não são impugnadas oportunamente pela parte (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 109.928/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 18/06/2019, DJe 25/06/2019; AgRg no REsp 1331805/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 09/12/2014, DJe 12/12/2014).

Dessa forma, reconhecida a preclusão, não haveria necessidade de apreciação dos pontos elencados pela embargante nas razões destes aclaratórios, razão pela qual não se verificam as omissões apontadas, passíveis de justificar o acolhimento dos embargos de declaração em exame.

Logo, conclui-se que a presente irresignação nada mais é do que mero inconformismo da embargante com o deslinde da controvérsia, não servindo os aclaratórios como instrumento de reforma do julgado combatido.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator